

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária da Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
 São Paulo - SP



Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Introdução:
 Senhores, Autoridades e Clientes,
 Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão (“Banco”, “Instituição”, “Deutsche” ou “Deutsche Bank Brasil”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 4. Nosso objetivo com esse relatório é, além de cumprir as determinações legais, prestar mais informações sobre o desenvolvimento de nossos negócios.

Mensagem da Administração – CEO:
 Este ano foi marcado por desafios geopolíticos e macroeconômicos sem precedentes. O conflito na Ucrânia, a crise energética na Europa, a inflação alta e crescente e o primeiro conjunto de aumentos das taxas de juros pelos bancos centrais resultaram em incerteza no mercado. Foi um ano em que os nossos clientes mais do que nunca precisaram de nós para o apoio ao acesso ao financiamento e à gestão dos seus riscos. Neste contexto, temos o prazer de informar que o Deutsche Bank Brasil foi apoiado por uma injeção de capital da nossa empresa-mãe DBAG. O Deutsche Bank Brasil alcançou seus melhores resultados financeiros em 7 anos, graças à confiança de nossos clientes e outras partes interessadas. Também concluímos os primeiros financiamentos vinculados à ESG, ajudando nossos clientes e a economia brasileira em sua transformação para uma maior sustentabilidade. O ano de 2022 também foi marcado por um retorno à normalidade em um novo modelo de trabalho com os nossos funcionários retornando ao nosso escritório recém-renovado, em um modelo híbrido. Os resultados da pesquisa de satisfação da nossa equipe no Brasil foram excelentes. Também estamos orgulhosos por termos participado do programa D’nAWomen, educando mulheres jovens sobre o setor financeiro. Gostariamos de agradecer aos nossos clientes, funcionários e todas as partes interessadas pela confiança depositada em nós durante 2022.

Destacamos do exercício: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco registrou Lucro Líquido (em milhares de Reais) correspondente a R\$ 256.141, equivalente a R\$ 0,23 por ação, e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) aumentada de 10,34%. O lucro líquido do exercício foi impactado por um aumento expressivo no resultado bruto de intermediação financeira decorrente dos seguintes fatores: (i) aumento do resultado com operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez e operações de câmbio, bem como (ii) reversões de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Por outro lado, o resultado com operações de captação no mercado apresentou um aumento de aproximadamente 129% comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, impactando de forma negativa o lucro líquido de 2022.

Despesas do exercício: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco registrou Lucro Líquido (em milhares de Reais) correspondente a R\$ 256.141, equivalente a R\$ 0,23 por ação, e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) aumentada de 10,34%. O lucro líquido do exercício foi impactado por um aumento expressivo no resultado bruto de intermediação financeira decorrente dos seguintes fatores: (i) aumento do resultado com operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez e operações de câmbio, bem como (ii) reversões de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Por outro lado, o resultado com operações de captação no mercado apresentou um aumento de aproximadamente 129% comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, impactando de forma negativa o lucro líquido de 2022.

Patrimônio Líquido – O Patrimônio Líquido encerrou o exercício de 2022 em R\$ 2,5 bilhões, comparado com R\$ 2,3 bilhões em dezembro de 2021.

Patrimônio de Referência e Índice de Basileia - De acordo com a Resolução CMN nº 4.955/21, o Banco apurou um Patrimônio de Referência no valor de R\$ 2,5 bilhões em dezembro de 2022 (dezembro de 2021 – R\$ 2,2 bilhões). Em 31 de dezembro de 2022, o Índice da Basileia e a Razão de Alavancagem do Banco, cujos cálculos são definidos pelo CMN e BACEN, foram apurados em 29,32% e 16,02%, (dezembro de 2021 – 29,60% e 17,96%, respectivamente).

Ativos e fontes de recursos: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco apresentou um total de ativos de R\$ 17,5 bilhões (dezembro de 2021 – R\$ 11,8 bilhões). No Ativo, destacamos as seguintes linhas de variações em instrumentos financeiros no exercício:

- Títulos e valores mobiliários – Aumento no portfólio em aproximadamente R\$ 560,2 milhões originados, principalmente, da carteira de títulos mantidos até o vencimento.

Ao final do exercício o Banco possuía R\$ 555,5 milhões em valores mobiliários na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. O Banco tem a capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento;

- Derivativos – Aumento no portfólio em aproximadamente R\$ 2,0 bilhões, decorrente substancialmente das variações dos valores de mercado (PTAX) e pelo registro de novas operações de termo de títulos públicos; e

- Carteira de câmbio/arbitragem (incluindo adiantamentos sobre contratos de câmbio) – O saldo da carteira em dezembro de 2022 apresentou um aumento de R\$ 3,1 bilhões decorrente, principalmente, da variação nas operações de arbitragem.

No Passivo, destacamos as seguintes linhas de variações em depósitos e demais instrumentos financeiros no exercício:

- Derivativos – Aumento no portfólio em aproximadamente R\$ 1,3 bilhões, decorrente substancialmente das variações dos valores de mercado (PTAX) e pelo registro de novas operações de termo de títulos públicos;

- Obrigações por empréstimos e repasses – Aumento de aproximadamente R\$ 1,9 bilhões, decorrente, principalmente, do aumento em obrigações por tomada de linha junto a entidades ligadas sediadas no exterior; e

- Carteira de câmbio/arbitragem (incluindo adiantamentos sobre contratos de câmbio) – O saldo da carteira em dezembro de 2022 apresentou um aumento de R\$ 2,8 bilhões decorrente, principalmente, da variação nas operações de arbitragem.

Governança Corporativa – Comitê de Auditoria: Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.910/21, encontra-se instalado o Comitê de Auditoria do Banco (“Comitê”), ao qual compete, dentre outras atribuições, zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos. O relatório que contempla as atividades exercidas pelo Comitê acompanha as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais foram aprovadas por esse Comitê em reunião realizada em 27 de março de 2023.

Gestão Corporativa de Risco: Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III, a Instituição vem atualizando suas estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, cumprindo o cronograma delineado pelos reguladores, quanto à obtenção e divulgação de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e nas análises dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, social, ambiental e climático.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles e mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores práticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das linhas de negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm objetivos direcionados a subsidiar a diretoria executiva, órgãos supervisores, auditorias e clientes do Banco, de informações que delineiam a gestão corporativa dos riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

Conforme determinado pelo Banco Central as estruturas das áreas de gestão de riscos e gerenciamento de capital do Banco, assim como a divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678/13, revogada a partir de 01/01/2020 pela Circular nº 3.930/19, no âmbito da Resolução nº 4.557/17, também estão disponíveis no endereço de acesso público: <https://www.db.com/brasil/index.html#governancacorporativa>.

Atuação: Presente no Brasil desde 1911, o Deutsche Bank é um banco múltiplo com carteira comercial e de investimento. No país, atua na estruturação de operações no mercado financeiro, além de operações de tesouraria e financiamento. Oferece também serviços de gerenciamento de caixa, câmbio e derivativos, originação e estruturação de operações.

Com estrutura global e experiência local, o Deutsche Bank Brasil oferece soluções inovadoras para grandes empresas nacionais e internacionais, instituições financeiras, investidores locais e estrangeiros. Isto também permite que o Deutsche Bank responda às crescentes demandas de automação, expectativas regulatórias, bem como à necessidade dos clientes por padronização e transparência nas transações e pela execução de diferentes soluções financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Em milhares de Reais)

	Nota	Dezembro 2022	Dezembro 2021		Nota	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Disponibilidades.....	6	202.518	132.288	Depósitos e demais instrumentos financeiros...	14	14.414.985	8.922.492
Instrumentos financeiros.....	7	16.598.179	10.995.983	Depósitos de clientes e instituições financeiras...	14	3.210.057	3.687.466
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	7	2.648.398	2.760.314	Obrigações por empréstimos e repasses.....	15	3.856.590	1.942.740
Carteira de câmbio.....	11	5.275.894	2.141.985	Instrumentos financeiros derivativos.....	9	2.444.673	1.138.814
Títulos e valores mobiliários.....	8	4.174.667	3.614.508	Carteira de câmbio.....	11	4.903.665	2.153.472
Instrumentos financeiros derivativos.....	9	2.377.691	398.211	Provisões	17	190.280	197.775
Títulos e créditos a receber.....	10	1.072.284	1.039.201	Obrigações fiscais	122.335	36.016	
Operações de crédito.....	10	1.049.245	1.041.764	Imposto de renda e contribuição social			
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(12.325)	(125.982)	– Corrente.....	21	50.334	28.975
Ativos fiscais correntes e diferidos	157.868	240.602	240.602	Imposto de renda e contribuição social			
Impostos e contribuições a compensar.....		45.847	37.901	– Diferido.....	13	56.041	-
Imposto de renda e contribuição social				Outras obrigações fiscais.....		15.960	7.041
– Diferido.....	13	112.021	202.701	Outros passivos	16	307.625	372.611
Outros ativos	12	546.071	561.561	Patrimônio líquido	2.477.199	2.288.546	
Imobilizado de uso	20.113	12.988	12.988	Capital Social.....	20(a)	1.644.551	1.644.551
Outros imobilizações de uso.....		41.828	58.135	Reservas de lucros.....	20(b)	831.676	655.735
Depreciações acumuladas.....		(21.715)	(45.147)	Outros resultados abrangentes.....	20(c)	772	(11.740)
Total do ativo		17.512.424	11.817.440	Total do passivo e patrimônio líquido		17.512.424	11.817.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	2	996.551	576.660	(12.782)	-	1.560.429
Aumento de capital.....		648.000	-	-	-	648.000
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda.....		-	-	(8.398)	-	(8.398)
Ajustes de avaliação atuarial.....		-	-	9.440	-	9.440
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	129.075	129.075
Destinação do lucro líquido						
Constituição de reserva legal.....		-	4.932	-	(4.932)	-
Constituição de reserva para expansão.....		-	74.143	-	(74.143)	-
Juros sobre o capital próprio.....	20(d)	-	-	-	(50.000)	(50.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.644.551	655.735	(11.740)	-	2.288.546
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda.....		-	-	6.037	-	6.037
Ajustes de avaliação atuarial.....		-	-	6.475	-	6.475
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	256.141	256.141
Destinação do lucro líquido						
Constituição de reserva legal.....		-	12.807	-	(12.807)	-
Constituição de reserva para expansão.....		-	163.334	-	(163.334)	-
Juros sobre capital próprio.....	20(d)	-	-	-	(80.000)	(80.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.644.551	831.876	772	54.724	2.477.199
Saldos em 30 de junho de 2022		1.644.551	658.615	(7.766)	54.724	2.350.124
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda.....		-	-	2.063	-	2.063
Ajuste de avaliação patrimonial.....		-	-	6.475	-	6.475
Lucro líquido do semestre.....		-	-	-	198.537	198.537
Destinação do lucro líquido						
Constituição da reserva legal.....		-	9.927	-	(9.927)	-
Constituição da reserva para expansão.....		-	163.334	-	(163.334)	-
Juros sobre capital próprio.....	20(d)	-	-	-	(80.000)	(80.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.644.551	831.876	772	54.724	2.477.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
 O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (“Banco”), com sede em São Paulo - SP, está organizado sob a forma de banco múltiplo autorizado a operar com as atividades comercial, de investimentos e de câmbio. O Banco é uma subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft com sede em Frankfurt - Main, Alemanha.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto e os valores de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, as aplicações interfinanceiras de liquidez - aplicações em operações compromissadas, com conversibilidade imediata, ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, e às reservas no BACEN.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução do BACEN nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

Ademais, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os saldos das Reservas de Lucros em 31 de dezembro de 2020 nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados devido à correção no montante de R\$ (30.443) do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido de períodos anteriores. Após a realização de análises da metodologia de cálculo e conciliação das bases de cálculo do ativo e passivo fiscais diferidos (estoque) versus o saldo das diferenças de curva de contratos Futuros, conforme informações disponibilizadas pela B3, o Banco procedeu ao ajuste do saldo do ativo fiscal diferido de IFRJ e CSLL.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 27 de março de 2023.

a. Normas aplicáveis a exercícios futuros
 Em 25 de novembro de 2021 foi emitida a Resolução CMN nº 4.966, norma esta convergente aos padrões internacionais e que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Tal normativo entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. Conforme estabelecido pelo artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco elaborou um plano para a implementação da regulamentação contábil nela estabelecida, cujas principais etapas são a seguir elencadas:

- **Análise e diagnóstico das principais alterações:** Nessa primeira fase buscou-se comparar as regras ora em vigor versus os novos conceitos e critérios contábeis estabelecidos por meio da Resolução nº 4.966/2021 de modo a mapear, inicialmente, os principais produtos e sistemas impactados. Nesse sentido, foram avaliados os principais temas relacionados à nova regulamentação, dentre eles, classificação e mensuração de instrumentos financeiros, adequação da metodologia para constituição de perdas esperadas, contabilidade de hedge e divulgação de informações. Foram identificadas, ainda, as áreas responsáveis envolvidas no processo de migração e implementação do referido normativo.
- **Execução do plano:** No decorrer da efetiva implementação da regulamentação estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021 conforme análise e diagnóstico acima, serão efetuadas

adaptações de processos e testes sistêmicos de forma a garantir a correta aplicação dos conceitos e critérios trazidos pelo novo arcabouço normativo.

Convém destacar que a efetiva execução do plano de adequação/migração para os requisitos trazidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 ainda depende da emissão, pelo BACEN, de normativos complementares à referida norma e da adoção de medidas julgadas necessárias à execução do disposto no referido normativo, tais como, a reestruturação do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (“Cosif”).

De acordo com o artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, conforme redação dada pela Resolução CMN nº 5.019/2022, o plano para implementação da regulamentação contábil estabelecida no referido normativo foi devidamente aprovado pela Diretoria do Banco em dezembro de 2022 e permanece à disposição do BACEN.

3. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco estão apresentadas de forma individual. As atividades da Agência no exterior – Uruguai foram encerradas em 2017, sendo que a repatriação dos investimentos ocorreu entre os exercícios de 2016 e 2017. A expectativa dos assessores jurídicos externos é que o Banco Central do Uruguai deverá concluir o processo de encerramento até o final de 2023.

4. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Principais práticas contábeis:
 O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O BACEN aprovou os seguintes pronunciamentos: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões: Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, CPC 41 - Resultado por Ação, CPC 46 - Mensuração do valor Justo e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional editou as resoluções abaixo visando a redução de assimetrias em relação aos padrões internacionais:

- Resolução nº 3.533/08 - Estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros;
- Resolução nº 4.512/16 - Dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas;
- Resolução nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior;
- Resolução nº 4.534/16 e 4.535/16 - Dispõe sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível, ativo diferido e ativo imobilizado de uso;
- Resolução nº 4.747/19 - Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda. Esta resolução entrou em vigor na data de 01 de janeiro de 2021;
- Resolução nº 4.818/20 e Resolução do BACEN nº 2/2020 - Dispõem sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras;
- Resolução nº 4.910/21 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- Resolução nº 4.924/21 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciamento contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- Resolução nº 4.966/21 - Dispõe sobre os conceitos contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Convém destacar que, à exceção dos artigos referentes à mensuração de investimentos mantidos para venda e ao plano para implementação da regulamentação contábil estabelecida pelo normativo em questão, a Resolução nº 4.966/21 entra em vigor em 1º de janeiro de 2025 (nota 2 (a)).

O Deutsche tem como missão ser o principal provedor global de soluções financeiras para os seus clientes, criando valor excepcional para acionistas, colaboradores e comunidades nos locais em que atua. Nesse sentido, o Deutsche Bank está comprometido na causa ESG e busca ser reconhecido como líder em questões ambientais e sociais para seus stakeholders. Tem como missão estabelecer a integridade ambiental e social, ao mesmo tempo em que promove uma cultura com propósito para seus funcionários. Possui o mandato de aconselhar funções de negócios e infraestrutura em questões de sustentabilidade e fornecer inteligência ESG sob medida para as necessidades de seus clientes. Em complemento, a Instituição engloba o cliente como prioridade, está aberta a novas ideias e mudanças por meio da inovação e contém parceria e disciplina como pré-requisitos para fornecer um serviço de excelência, estando em linha com valores como integridade e desempenho sustentável.

O grupo Deutsche Bank é uma das maiores instituições financeiras do mundo. O Deutsche vem transformando seu modelo de negócios desde 2019. Como resultado, o Deutsche Bank está entrando em uma fase de crescimento sustentável, beneficiando-se de uma configuração mais enxuta e focada. O núcleo da estratégia de crescimento é expandir ainda mais a posição do Deutsche Bank como “Global Hausbank”. Como o banco líder na Alemanha com fortes raízes europeias e uma rede global com um conjunto abrangente de produtos, o Deutsche Bank pretende ser tornar o primeiro ponto de contato em todas as questões financeiras, aspirando ajudar os clientes a navegar pelas mudanças geopolíticas e macroeconômicas e acelerar sua transição para uma economia mais sustentável e digitalizada.

Atividades culturais e sociais: O Deutsche busca criar capital social em todas as regiões em que opera por meio do investimento em projetos culturais e sociais.

As ações de Responsabilidade Corporativa estão amparadas pelas unidades regionais do Banco e, globalmente, pela Fundação Deutsche Bank. No Brasil, o Deutsche Bank e a Fundação Deutsche Bank América aliam de maneira conjunta em projetos de entidades não governamentais sem fins lucrativos, em linha com a estratégia global de Responsabilidade Corporativa do Banco, relacionados às áreas de cidadania corporativa: Educação, Investimento Social, Arte & Música, Sustentabilidade e Voluntariado. O Deutsche Bank Brasil realiza ações de Responsabilidade Corporativa por meio de iniciativas da Fundação Deutsche Bank e usando recursos de Leis de Incentivo Fiscal (FUMCAD, CONDECA, Lei do Esporte, Rouanet, Fundo do Idoso, PRONON e PRONAS).

Além disso, ao longo de 2022 o time de voluntários do Deutsche participou de diversas campanhas para arrecadação de recursos, roupas e alimentos, além de contribuir diretamente na manutenção de uma horta urbana, doando mais de 400 horas de trabalho, com participação de quase metade do corpo de funcionários.

Para mais informações sobre as atividades culturais e sociais do Deutsche Bank no Brasil, visite nossa “Home Page” www.db.com/brasil.

Responsabilidade Social, Ambiental e Climática: Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAAC) do Deutsche Bank Brasil e com base nos critérios da Resolução CMN nº 4.945/21, o Banco assume o compromisso com a proteção social, ambiental e climática como parte de seu modelo de negócios, adequado à dimensão e à relevância de suas operações e complexidade de produtos, serviços e atividades. Dessa forma, o Banco exige que suas operações não se envolvam em atividades que possam causar danos à sociedade e seus indivíduos, através do desrespeito aos direitos humanos e/ou o bem-estar da população e, também, danos ao meio ambiente e/ou o patrimônio histórico.

Diante do acima exposto, a PRSAAC descreve os princípios e diretrizes relativos aos tópicos sociais e ambientais, incluindo climáticos, do Banco na condução de seus negócios, de suas atividades, de seus processos, bem como de sua relação com as partes interessadas.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.945/21, a PRSAAC pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: <https://country.db.com/brasil/governanca-corporativa/politicas-e-codigos-de-conduta>.

Canal de denúncias: Em atendimento ao disposto



Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
 São Paulo - SP

Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Resolução nº 4.967/21 - Dispõe sobre os critérios a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no reconhecimento, na mensuração e na evidência contábil de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado.
 Resolução nº 4.975/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esse normativo entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
 Convém destacar que, em 04 de novembro de 2022, foi publicada a Instrução Normativa BCB nº 319, que revoga a Carta Circular nº 3.429/2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. A Instrução Normativa BCB nº 319/2022 busca convergência ao IAS 37, cujo correspondente no Brasil é o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. Dessa forma, referido normativo esclarece que, o passivo relativo às obrigações tributárias objeto de discussão judicial somente deve ser reconhecido contabilmente caso seja provável a saída de recursos para liquidar a respectiva obrigação, devendo a avaliação dessa probabilidade ser efetuada pela própria instituição sujeita a honrar a obrigação no futuro. Esse normativo entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.
 A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização do imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:
a. Apreciação do resultado
 O resultado é apurado pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos em conta corrente, aplicações em moedas estrangeiras e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

c. Instrumentos financeiros
• Títulos e valores mobiliários
 Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração nas categorias de títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

O Banco apresenta em sua carteira as seguintes categorias:
 i) **Títulos para negociação**: são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.

ii) **Títulos disponíveis para venda**: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

iii) **Títulos mantidos até o vencimento**: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

• Instrumentos financeiros derivativos
 Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção ("hedge").

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são avaliadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Adicionalmente, em relação às políticas e estratégias, informamos que os derivativos efetuados como "hedge" de risco de mercado são realizados para atender as demandas de clientes, bem como atender as necessidades de administrar a exposição global de risco.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionados às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza:

i) "Hedge" de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.

ii) "Hedge" de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente na demonstração de resultados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve "hedge accounting".

• Aplicações interfinanceiras de liquidez, depósitos e captações no mercado aberto
 As operações efetuadas em relação às políticas e estratégias, informamos que o principal acréscimo pelo respectivo encargo, retificadas pelas rendas/despesas a apropriar, cuja apropriação *pro rata* dá é reconhecida no decorrer dos prazos contratuais.

As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal e acrescidas de encargos contratuais *pro rata* dia.

• Operações de crédito
 As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações de venda e transferência de ativos financeiros com retenção substancial de todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da transação são registradas e demonstradas conforme determina a Resolução CMN nº 3.533/08, que está em vigor desde 1º de janeiro de 2012:

i) As receitas são apropriadas mensalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente das operações de acordo com as taxas contratuais pactuadas, e

ii) Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do semestre, pelo prazo remanescente da operação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 houve compras de ativos financeiros, conforme descrito na nota 10 (b).

d. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
 A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de operações de empréstimos, financiamentos, repasses e adiantamentos sobre contratos de câmbio. Foram observadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados às garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução CMN nº 4.512/16. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. As classificações das operações estão consoantes aos requerimentos aplicados da Resolução CMN nº 2.682/99.

e. Saldos em moedas estrangeiras
 Os valores (ativos e passivos) em moedas estrangeiras estão atualizados às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do encerramento do período e são acrescidas de encargos contratuais atualizados *pro rata* dia.

f. Imobilizado de uso e depreciações acumuladas
 Até dezembro de 2016 o ativo imobilizado era demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais eram de 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução CMN nº 4.535/16, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

g. Passivos circulante e exigível a longo prazo
 Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco.

h. Imposto de renda e contribuição social
 As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

No dia 1º de março de 2021, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.034 pela qual passam a vigorar novas alíquotas de CGLL. Para a contribuição social ficou estabelecida a alíquota de 25% até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% a partir do dia 1º de janeiro de 2022.

No dia 28 de abril de 2022, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115 que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, determinando a aplicação, até 31 de dezembro de 2022, da alíquota da CGLL equivalente a 21% (vinte e um por cento), no caso de bancos de qualquer espécie.

i. Redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"
 O CPC 01, conforme recepcionado pela Resolução CMN nº 3.566/08, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos - "impairment".

De acordo com a Resolução, os ativos são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por "impairment" ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. A Administração avalia anualmente os ativos para fins de "impairment". Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

5. SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos circulantes e não circulantes a serem recuperados ou liquidados em até 12 meses ou em prazo superior a 12 meses são compostos conforme segue:

	Dezembro 2022		Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Disponibilidades	202.518	202.518	132.288	132.288	132.288	132.288
Instrumentos financeiros	16.598.179	14.546.609	10.995.993	9.783.818	9.783.818	1.242.165
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.648.398	2.648.398	2.760.314	2.760.314	-	-
Carteira de câmbio	5.275.894	5.023.019	252.875	2.141.985	1.714.127	427.858
Títulos e valores mobiliários	4.174.667	3.332.116	842.551	3.614.508	3.291.117	323.391
Instrumentos financeiros derivativos	2.377.691	1.762.989	614.702	398.211	140.650	257.561
Títulos e créditos a receber	1.072.284	1.043.480	28.804	1.039.201	1.016.322	22.879
Operações de crédito	1.049.245	736.607	312.638	1.041.764	831.288	210.476
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(12.325)	(2.013)	(10.312)	(125.982)	(123.193)	(2.789)
Ativos fiscais correntes e diferidos	157.868	45.847	112.021	240.602	37.901	202.701
Impostos e contribuições a compensar	45.847	45.847	-	37.901	37.901	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	112.021	-	112.021	202.701	-	202.701
Outros ativos	546.071	229.933	316.138	561.561	40.280	521.281
Imobilizado de uso	20.113	-	20.113	12.988	-	12.988
Outras imobilizações de uso	41.828	-	41.828	58.135	-	58.135
Depreciações acumuladas	(21.715)	-	(21.715)	(45.147)	-	(45.147)
Total do ativo	17.512.424	15.022.894	2.489.530	11.817.440	9.841.094	1.976.346
	Dezembro 2022	Circulante	Não circulante	Dezembro 2021	Circulante	Não circulante
Depósitos e demais instrumentos financeiros	14.414.985	13.288.308	1.126.677	8.922.492	7.456.459	1.466.033
Depósitos de clientes e instituições financeiras	3.210.057	2.897.558	312.499	3.687.466	3.372.709	314.757
Obrigações por empréstimos e repasses	3.856.590	3.689.122	167.468	1.942.740	1.942.740	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.444.673	2.050.787	393.886	1.138.814	425.408	713.406
Carteira de câmbio	4.903.665	4.650.841	252.824	2.153.472	1.715.602	437.870
Provisões	190.280	65.647	124.633	197.775	11.235	186.540
Obrigações fiscais	122.335	66.294	56.041	36.016	36.016	-
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	50.334	50.334	-	28.975	28.975	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	56.041	-	56.041	-	-	-
Outras obrigações fiscais	15.960	15.960	-	7.041	7.041	-
Outros passivos	307.625	299.137	8.488	372.811	290.863	81.748
Patrimônio líquido	2.477.189	-	-	2.288.546	-	-
Capital Social	1.644.551	-	-	1.644.551	-	-
Reservas de lucros	831.876	-	-	655.735	-	-
Outros resultados abrangentes	772	-	-	(11.740)	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	17.512.424	13.719.386	1.315.839	11.817.440	7.794.573	1.734.321

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores de caixa e equivalentes de caixa, apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, são compostos conforme segue:

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Banco Central do Brasil - Reservas livres, compulsórias e recolhimentos obrigatórios	21.725	26.222
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras (a)	180.793	106.066
Aplicações em operações compromissadas (b) (nota 7)	2.465.404	1.517.984
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	2.667.922	1.650.272

(a) Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 163.693 refere-se a transações com partes relacionadas (dezembro 2021 - R\$ 104.476) (nota 19 (a)).
 (b) Referem-se a aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Os lastros que compõem o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstrados conforme segue:

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	600.099	799.989
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	600.101	18.000
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	1.265.204	699.995
Subtotal - Operações compromissadas	2.465.404	1.517.984
Aplicações em depósitos interfinanceiros	47.650	321.611
Aplicações em moedas estrangeiras (nota 19 (a))	135.344	920.719
Subtotal - Depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras	182.994	1.242.330
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.648.398	2.760.314

b. A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento é demonstrada conforme segue:

	Custo atualizado	Dezembro 2022			
		Valor contábil por faixa de vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	600.099	600.099	-	-	600.099
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	600.101	600.101	-	-	600.101
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	1.265.204	1.265.204	-	-	1.265.204
Subtotal	2.465.404	2.465.404	-	-	2.465.404
Aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras					
Depósitos interfinanceiros	47.650	-	47.650	-	47.650
Moedas estrangeiras	135.344	135.344	-	-	135.344
Subtotal	182.994	135.344	47.650	-	182.994
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.648.398	2.600.748	47.650	-	2.648.398

	Custo atualizado	Dezembro 2021			
		Valor contábil por faixa de vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	799.989	799.989	-	-	799.989
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	18.000	18.000	-	-	18.000
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	699.995	699.995	-	-	699.995
Subtotal	1.517.984	1.517.984	-	-	1.517.984
Aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras					
Depósitos interfinanceiros	321.611	284.584	37.027	-	321.611
Moedas estrangeiras	920.719	920.719	-	-	920.719
Subtotal	1.242.330	1.205.303	37.027	-	1.242.330
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.760.314	2.723.287	37.027	-	2.760.314

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de títulos e valores mobiliários apresentada no balanço patrimonial está classificada de acordo com os critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.068/01.

Os títulos públicos federais estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). As debêntures e as cotas de Fundos de Investimento são custodiadas no B3.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Os títulos privados são contabilizados pelo custo atualizado ou pelo respectivo valor justo estimado. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

a. Composição por classificação e tipo

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Dezembro 2022		Dezembro	
--	---------------	--	----------	--

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
 São Paulo - SP



Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

b. Composição do valor de referência por contraparte:

	Dezembro 2022			
	Instituições financeiras	Corporate / Setor Público	Institucional	B3
Operações de swap	2.428.715	5.025.561	6.439.764	13.894.040
NDF de moeda	-	9.541.828	141.503	9.683.331
NDF de commodities	-	190.419	189.863	380.282
Opções	-	204.875	204.875	409.750
Operações com futuros	-	-	-	21.593.461
Termo de título público	1.503.355	-	-	1.503.355
Total	3.932.070	14.962.683	6.976.005	21.593.461

	Dezembro 2021			
	Instituições financeiras	Corporate / Setor Público	Institucional	B3
Operações de swap	2.712.779	4.075.878	6.182.491	12.971.148
NDF de moeda	-	5.874.572	24.092	5.898.664
NDF de commodities	-	190.419	189.863	380.282
Opções	-	319.275	319.275	638.550
Operações com futuros	-	-	-	18.007.660
Termo de título público	-	-	6.750	6.750
Total	2.712.779	10.460.144	6.722.471	18.007.660

c. Composição do valor de referência por local de negociação:

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados e custodiados na B3:

	Dezembro 2022		
	Bolsa	Balcão	Total
Operações de swap	-	13.894.040	13.894.040
NDF de moeda	-	9.683.331	9.683.331
NDF de commodities	-	380.282	380.282
Opções	-	409.750	409.750
Operações com futuros	21.593.461	-	21.593.461
Termo de título público	-	1.503.355	1.503.355
Total	21.593.461	25.870.758	47.464.219

	Dezembro 2021		
	Bolsa	Balcão	Total
Operações de swap	-	12.971.148	12.971.148
NDF de moeda	-	5.898.664	5.898.664
NDF de commodities	-	380.282	380.282
Opções	-	638.550	638.550
Operações com futuros	18.007.660	-	18.007.660
Termo de título público	-	6.750	6.750
Total	18.007.660	19.895.394	37.903.054

d. Composição dos valores a receber e a pagar por prazo de vencimento:

	Dezembro 2022				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swaps	13.069	20.856	129.614	447.891	611.430
NDF de moeda e commodities	79.292	90.982	37.197	-	207.471
Opções	5.831	49.604	-	-	55.435
Operações a termo	1.503.355	-	-	-	1.503.355
Total	1.601.547	161.442	166.811	447.891	2.377.691
Passivo					
Swaps	-	(371.768)	(90.196)	(265.896)	(727.860)
NDF de moeda e commodities	(59.497)	(60.408)	(37.794)	-	(157.699)
Opções	(5.831)	(49.604)	-	-	(55.435)
Operações a termo	(1.503.679)	-	-	-	(1,503,679)
Total	(1,569,007)	(481,780)	(127,990)	(265,896)	(2,444,673)

	Dezembro 2021				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swaps	-	-	353	135.822	136.175
NDF de moeda e commodities	53.216	47.233	31.114	-	131.563
Opções	254	33.201	90.272	-	123.727
Termo de título	6.746	-	-	-	6.746
Total	60.216	80.434	121.739	135.822	398.211
Passivo					
Swaps	(282.012)	(5.078)	(425.149)	(172.576)	(884.815)
NDF de moeda e commodities	(52.280)	(45.865)	(25.182)	(227)	(123.554)
Opções	(254)	(33.201)	(90.272)	-	(123,727)
Termo de título	(6.718)	-	-	-	(6,718)
Total	(341,264)	(84,144)	(540,603)	(172,803)	(1,138,814)

e. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro, bem como o resultado dos contratos de swap, termo de moeda e commodities, opções e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	Dezembro 2022			Dezembro 2021		
	Valor de custo	Ganhos / (perdas) não realizados	Valor de mercado	Valor de custo	Ganhos / (perdas) não realizados	Valor de mercado
Ativo						
Operações de swap	335.996	275.434	611.430	136.175	207.471	343.646
NDF (moeda e commodities)	216.389	(8.918)	207.471	131.563	-	123.727
Opções	93.917	(38.482)	55.435	123.727	-	6.746
Termo de título	1.503.355	-	1,503,355	-	-	-
Total	2,149,657	228,034	2,377,691	398,211		398,211
Passivo						
Operações de swap	(497.391)	(230.469)	(727.860)	(884.815)	(157.699)	(1,042,514)
NDF (moeda e commodities)	(163.775)	6.076	(157.699)	(123.554)	-	(123,727)
Opções	(100.476)	45.041	(55.435)	(123,727)	-	(6,718)
Termo de título	(1,503,355)	(324)	(1,503,679)	-	-	-
Total	(2,264,997)	(179,676)	(2,444,673)	(1,138,814)		(1,138,814)

f. Resultado com derivativos:

	2º Semestre		Exercícios	
	Dezembro 2022	Dezembro 2021	2022	2021
Operações de swap	131.831	575.023	(204.535)	(133.419)
NDF de moeda e commodities	31.254	586.490	(173.723)	(153.309)
Futuros	(194.806)	(1,048,504)	666.325	141.203
Opções	-	321	8.715	-
Total	(31,721)	113,330	296,782	-

10. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

As operações de crédito, os adiantamentos sobre contrato de câmbio classificados como redutor de obrigações por compra de câmbio, bem como títulos e créditos a receber, classificados como outros créditos - diversos, têm seu perfil apresentados a seguir:

	Dezembro 2022		Dezembro 2021	
	Dezembro 2022	Dezembro 2021	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Operações de crédito				
Empréstimos	846.303	859.223	-	-
Títulos descontados	168.102	132.736	-	-
Financiamentos à importação e exportação	34.840	49.805	-	-
Subtotal	1,049,245	1,041,764		
Outros créditos				
Compra de recebíveis	1,072,284	1,039,201	-	-
Créditos por avais e fianças honradas	-	121.731	-	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC / ACE) (nota 11)	391.350	28.780	-	-
Rendas a receber de ACC (nota 11)	11.077	468	-	-
Subtotal	1,474,711	1,190,180		
Total de operações de crédito e outros créditos antes da provisão	2,523,956	2,231,944		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(12.325)	(125.982)	-	-
Provisão para garantias prestadas (nota 17)	(10.310)	(19.540)	-	-
Total	(22,635)	(145,522)		

O Banco adota critérios de provisionamento específicos para operações cuja natureza e finalidade sejam distintas da classificação de crédito da contraparte, refletindo assim de maneira clara o risco de fato relacionado a estas operações de crédito. Para tanto, a estrutura da operação de crédito é avaliada, levando-se em consideração os mitigadores de risco, os quais reduzem significativamente o risco de crédito da operação, através da melhora da classificação de crédito da operação em relação à contraparte.

a. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias prestadas

	2º Semestre		Exercícios	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	-	(151.927)	(145.522)	(133.419)
Constituição no semestre / exercício	(2.780)	(14,807)	(14,807)	(153,309)
Reversões no semestre / exercício	132.072	137.694	141.203	-
Provisão para crédito, outros créditos e garantias prestadas	(22,635)	(22,635)	(145,522)	(145,522)

a.1 Resultado de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias prestadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve recuperação de crédito baixado para prejuízo no montante de R\$ 37 (dezembro de 2021 - zero). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve baixa para prejuízo nem renegociação de crédito.

b. Composição por modalidade e vencimento

Produto / Vencimento	Vencidos	A vencer						Total
		até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 360 dias	
CCB	-	-	-	-	-	-	104.315	
Capital de giro	-	18.951	85.120	74.472	17.096	69.825	21.223	136.854
Financiamento à importação / exportação (1)	-	23.059	-	1.508	-	-	10.273	34.840
Conta garantida	-	24.029	25	40.295	14.122	199.932	40.044	318.447
Outros créditos e emp.	-	-	120	40	10.757	160	-	11.077
Recebíveis / títulos de crédito a receber (2)	7.485	334.067	268.023	178.309	183.655	63.552	8.389	28.804
ACC / ACE (3)	-	-	12.615	1.222	363.400	14.113	-	391.350
Títulos descontados	-	8.523	8.321	19.087	7.203	18.454	35.045	71.469
Total Dezembro 2022	7.485	408.629	374.224	314.933	596.233	366.036	114.974	341.442
Total dezembro 2021	123.137	420.858	444.988	430.557	136.984	252.715	189.350	233.355

(1) Em 31 de dezembro de 2022, financiamento à importação e exportação corresponde à repasses sob a Resolução CMN nº 3.844/10 no montante de R\$ 33.332 (dezembro 2021 - R\$ 24.973) e à operações comprar no montante de R\$ 1.508 (dezembro 2021 - R\$ 24.832).

(2) Em 31 de dezembro de 2022, recebíveis e títulos de crédito a receber referem-se à compra de recebíveis sem coobrigação no montante de R\$ 683.853 (dezembro 2021 - R\$ 471.005) e à operações de "Supplier finance" no montante de R\$ 388.431 (dezembro 2021 - R\$ 568.196).

(3) Em 31 de dezembro de 2022, rendas com ACC/ACE correspondem a R\$ 11.077 (dezembro 2021 - R\$ 468).

c. Distribuição dos produtos de crédito por atividade econômica

Atividade Econômica / Produto	Capital de giro	Financiamento / exportação	Conta garantida	Outros créditos e empréstimos	Recebíveis / títulos de crédito a receber	Títulos ACC	Títulos descontados	CCB	Dezembro	
									2022	2021
Siderurgia e metalurgia	-	-	-	-	285	-	-	285	269	-
Comércio	-	12.625	34.133	-	129.892	-	-	176.650	222.497	-
Alimentos e bebidas	-	-	9.880	-	636.210	-	-	646.090	550.658	-
Máquinas e equipamentos	173.758	16.173	41.156	518	69.139	38.921	-	104.315	443.980	377.121
Outros	40.189	-	206.835	77	43.754	2.708	-	293.563	472.959	-
Químico e petroquímico	115.772	-	3.049	-	112.944	-	-	231.765	257.961	-
Eletroeletrônicos	-	6.042	23.394	-	3.641	-	168.102	201.179	217.926	-
Automotivo	79.273	-	-	10.482	74.842	349.721	-	514.318	115.940	-
Construção e imobiliário	14.549	-	-	-	-	-	-	14.549	15.930	-
Transportes	-	-	-	-	1.577	-	-	1.577	683	-
Total	423.541	34.840	318.447	11,077	1,072,284	391,350	168,102	104,315	2,523,956	2,231,944

d. Composição por faixa de vencimento e níveis de risco

Vencimento / Níveis de risco	Dezembro 2022			Dezembro 2021		
	AA	A	B	Dezembro 2022	Dezembro 2021	
Vencidos	7.485	-	-	7.485	123.137	
A vencer até 30 dias	395.349	3.386	9.894	408.629	420.858	
De 31 a 60 dias	371.400	1.135	1.689	374.224	444.988	
De 61 a 90 dias	308.281	5.011	1.641	314.933	430.557	
De 91 a 120 dias	586.927	8.595	712	596.234	136.984	
De						



Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
 São Paulo - SP

Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Obrigações por tomadas de linha (a)	3.439.768	1.911.155
Financiamentos à exportação (b)	416.822	31.585
Total (nota 19 (a))	3.856.590	1.942.740

(a) Referem-se às operações de curto prazo de "interbank" com DB AG New York, em Dólar, com taxa máxima de até 3,69% ao ano e vencimento em março de 2028.
 (b) Referem-se às captações com o DB AG New York e DB AG Frankfurt, em Dólar e Euro, com taxa de juros de até 3,01% ao ano e vencimentos até abril de 2023.

16. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos são compostos por:

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Negociação e intermediação de valores (a)	87.541	213.047
Relações interdependências	65.922	58.972
Diversos (b)	154.162	100.592
Total	307.625	372.611

(a) Negociação e intermediação de valores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, negociação e intermediação de valores refere-se a credores – conta liquidações pendentes no montante de R\$ 87.541 (dezembro 2021 – R\$ 35.569). Em 31 de dezembro de 2021, refere-se, ainda, a caixas de registros e liquidações correspondem a R\$ 177.478.

(b) Diversos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, diversos referem-se a:

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Serviços tomados a pagar – Empresas no exterior	82.998	35.176
Despesas de pessoal	50.653	49.067
Resultado de exercícios futuros	16.537	10.886
Provisão para pagamentos a efetuar – Outros	1.907	1.787
Outras despesas administrativas	1.530	754
IOF a recolher	537	2.913
Credores diversos - País	-	9
Total	154.162	100.592

17. PROVISÕES DIVERSAS

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Provisão sobre garantias prestadas (a) (nota 10)	10.310	19.540
Riscos fiscais e administrativos (nota 18)	112.300	112.175
Passivo atuarial (nota 22 (d))	58.570	60.840
Passivo contingente (nota 18)	9.100	5.220
Total	190.280	197.775

(a) O Banco reconhece contabilmente o valor da provisão para garantias financeiras prestadas (garantias, fianças e cartas de crédito), em consonância com a Resolução CMN nº 4.512, publicada em 1º de agosto de 2016. Em 31 de dezembro de 2022 a exposição total referente à garantias financeiras prestadas monta R\$ 2.708.319 (dezembro 2021 – R\$ 2.762.545).

Para a mensuração do risco da carteira de garantias prestadas, o Banco utiliza a metodologia de classificações de rating de crédito interna que se baseia em um conceito de perda esperada ("Expected Loss - EL"), o qual diferencia a probabilidade de inadimplemento ("Probability of Default - PD") de uma contraparte e a perda que ocorrerá caso o inadimplemento venha a ocorrer. Para cada tomador ("pessoa jurídica, por exemplo, matriz, subsidiária, sociedade de propósito específico"), será atribuída uma PD de contraparte ("Counterparty Probability of Default - CPD"). Toda classificação de risco possui uma PD associada a ela. No Banco, a PD significa a probabilidade de que os tomadores dentro de uma grade de classificação entrem em inadimplência dentro do horizonte de tempo de um ano.

As garantias prestadas estão sujeitas a encargos e são contabilizadas em contas de compensação, sendo a seguir compostas:

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Carteira	2.708.319	2.762.545
Provisão	10.310	19.540
Total	2.718.629	2.782.085

Os saldos da provisão para garantias financeiras prestadas por níveis de riscos, são demonstrados a seguir:

Nível de risco	Dezembro 2022		Dezembro 2021	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA	2.341.145	-	2.323.517	-
A	66.367	332	192.637	963
B	104.354	1.044	36.069	361
C	185.192	5.556	198.048	5.942
E	11.261	3.378	-	-
H	-	-	12.274	12.274
Total	2.708.319	10.310	2.762.545	19.540

18. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversas instâncias judiciárias e órgãos governamentais, nos quais se discutem alguns assuntos decorrentes do curso de suas atividades, tais como questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros aplicáveis.

Contingências classificadas com risco de perda possível

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como demonstrado a seguir:

	Dezembro 2021	Adição à provisão	Reversão de provisão	Depósito / pagamento	Atualização monetária	Dezembro 2022
Fiscais						
IR / CS (a)	7.548	-	-	-	253	7.801
INSS (b)	104.200	-	(19.276)	-	2.486	87.410
ISS (c)	-	16.889	-	-	-	16.889
Total fiscais	111.748	16.889	(19.276)	-	2.739	112.100
Trabalhistas	5.220	4.154	(997)	-	723	9.100
Administrativo (d)	427	200	(208)	(230)	11	200
Total provisões	117.395	21.243	(20.481)	(230)	3.473	121.400

(a) Trata-se de uma provisão feita no valor de R\$ 2.223, que atualizado perfaz R\$ 5.208 ((dezembro 2021 – R\$ 4.955), referente à multa isolada no processo de desmuntalização das bolsas relacionado a Deutsche Bank Corretora de Valores. Foi constituída, em setembro de 2019 uma provisão no valor de R\$ 2.593 (valor mantido em 2022) relativo ao mandado de segurança de CSLL do ano base de 1989, que discute o princípio da isonomia na aplicação de alíquotas diferenciadas da contribuição.
 Este último processo foi transitado em julgado e estamos aguardando a confirmação da conversão em renda da União para assim realizarmos a baixa nos livros contábeis.

(b) Informamos a existência de execução fiscal relacionada a suposta contribuição devida ao INSS decorrente do Programa de Participação em Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro/1999 a fevereiro/2003. A Administração do Banco provisionou o valor de R\$ 87.410 (dezembro 2021 – R\$ 104.200), representando uma reversão do valor de provisão decorrente da revisão legal e reconhecimento dentro do processo da redução da multa aplicável à dívida discutida neste caso, que passou de 80% para 20%. O depósito judicial constituído para essa causa foi atualizado para R\$ 143.266, tendo em vista que o depósito correspondia ao valor da provisão.

(c) A Prefeitura do Município de São Paulo lavrou, em junho de 2013, auto de infração contra o Banco relativamente ao Imposto sobre Serviços - ISSQN incidente sobre receitas com rendas de garantias prestadas abrangendo os anos de 2008 a 2011, e nova autuação em abril de 2016, referente ao 1º semestre de 2012. O valor total atualizado é de R\$ 6.638 (dezembro 2021 – R\$ 6.419). Foram realizados dois depósitos sendo um em outubro de 2014 no valor de R\$ 3.076 que atualizado é de R\$ 4.818 (dezembro 2021 – R\$ 4.465) e o outro em outubro de 2018 no valor de R\$ 1.230 que atualizado é de R\$ 1.464 (dezembro 2021 – R\$ 1.323). Em relação às discussões com o órgão municipal, o Banco impetrou quatro ações anulatórias com a finalidade de desconstituir os autos de infração lavrados por este Município que possuem como objeto às receitas auferidas em operações de câmbio e cartas de crédito e que atualmente somam o montante de R\$ 7.131 (dezembro 2021 – R\$ 6.207). Foram realizados depósitos judiciais que somam o montante de R\$ 10.607 (dezembro 2021 – R\$ 9.071).

Os processos relacionados nesse item foram classificados pelos advogados externos com a probabilidade de perda possível, no entanto, o provisionamento foi requerido pelo órgão regulador do Banco.

(d) O Banco está envolvido em Processo Administrativo Sancionador instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o Banco e terceiros, relacionado a supostas irregularidades em atividades de administração, gestão, distribuição e custódia de alguns fundos de investimentos. O Banco apresentou recurso administrativo perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Há provisão constituída no valor de R\$ 200 (dezembro 2021 – R\$ 427).

Contingências classificadas com risco de perda possível

Casos fiscais

O Banco possui demandas contra si com avaliação de perda classificada como "possível", sendo elas (i) ação anulatória que visa extinguir o crédito tributário de IRRF constituído pela RFB em 2006 ao interpretar que operações de câmbio conjugadas poderiam resultar em rendimento pré-determinados e, portanto, sujeitos ao imposto de renda de fonte, R\$ 13.998 (dezembro 2021 – R\$13.454). Em 03 de Janeiro de 2007 foi realizado um depósito judicial de R\$ 9.566, que atualizado perfaz R\$ 18.154 (dezembro 2021 – R\$ 17.055) (ii) autuação da RFB em relação ao IRPJ e CSLL não incidentes na permuta dos títulos patrimoniais da CETIP em ações da nova companhia, R\$ 166 (dezembro 2021 – R\$156), (iii) autuação da RFB em relação ao PIS e COFINS, na qual se questiona a dedutibilidade de perdas auferidas na venda de precatórios em 2009 da base de cálculo das referidas contribuições, R\$ 5.938 (dezembro 2021 – R\$5.597), (iv) autuação da RFB, também em relação ao PIS e COFINS, no processo de desmuntalização das bolsas ocorrida em 2007, alegando-se que referido ganho na venda dos títulos patrimoniais estaria sujeito à incidência das referidas contribuições, a despeito de se tratar de venda de ativo permanente não sujeita à esta tributação, R\$ 17.958 (dezembro 2021 – R\$17.083). Ainda com relação ao processo de desmuntalização das bolsas, esta instituição realizou em 12 de junho de 2017 um depósito no valor de R\$ 15.367, que atualizado perfaz R\$ 20.715 (dezembro 2021 – R\$18.951), para seguimento das discussões na esfera judicial.

Possui também dois autos de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre o processo de desmuntalização das bolsas ocorrido em 2007, com impacto, da mesma forma, nos anos subsequentes de 2008 e 2009. Os autos, originalmente oriundos da incorporação da Deutsche Bank - Corretora de Valores S.A. em dezembro de 2016, foram devidamente impugnados. A causa de R\$ 15.551 aguarda julgamento por parte do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Já a causa de R\$ 18.695 aguarda julgamento na esfera judicial. Esta instituição realizou em 11 de dezembro de 2018 um depósito no valor de R\$ 16.697 que atualizado perfaz R\$ 20.800 (dezembro 2021 – R\$18.883), para seguimento das discussões na esfera judicial.

O Banco recebeu, em outubro de 2020, auto de infração da Receita Federal no valor de R\$ 18.625, que atualizado perfaz R\$ 21.128, referente à majoração da alíquota da CSLL de 2015 de 15% para 20% e seu cálculo proporcional sobre a receita bruta auferida naquele ano. Referido auto de infração foi devidamente contestado, pelo qual aguarda julgamento na esfera administrativa.

Foi lavrado em outubro de 2021, auto de infração da Receita Federal que cobra multa de 3% sobre determinada informação supostamente preenchida incorretamente na ECF do ano fiscal de 2016 no valor atualizado de R\$ 1.650. O auto de infração foi tempestivamente impugnado.

Em setembro de 2021, foi lavrado novo auto de infração que cobra o imposto sobre Serviços - ISSQN sobre receitas de exportação de serviços nos anos de 2016 e 2017, o qual, de acordo com artigo 2º da Lei 13.701/03, não deveriam estar sujeitas à referida incidência. O valor total atualizado é de R\$ 11.981 (dezembro 2021 – R\$ 11.498).

Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi constituída provisão para esses casos em face da avaliação de probabilidade de perda "possível" dada pelos consultores jurídicos externos do Banco.

O Banco recebeu, em dezembro de 2010, autos de infração da Receita Federal no valor de R\$ 35.509, relacionados a supostas contribuições previdenciárias devidas em relação a seu programa de Participação em Lucros e Resultados (período de janeiro de 2005 a dezembro de 2007). Após o término dos processos administrativos decorrentes de impugnações apresentadas pelo Banco, o Banco iniciou a fase judicial de discussão dessa cobrança, através de distribuição de ação anulatória em dezembro de 2019, com vistas à desconstituição do crédito tributário. Em junho de 2020 o Banco efetuou depósito judicial no valor de R\$ 34.193, que atualizado perfaz R\$ 39.986.

Em fevereiro de 2012, foi distribuído procedimento administrativo relacionado ao programa de Participação de Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro de 2007 a fevereiro de 2008. A Impugnação do Banco foi julgada procedente – aguarda-se julgamento do recurso de ofício que foi apresentado pela Secretaria da Receita Federal (fase administrativa). O valor da causa atualizado e revisado com base nos relatórios de circularização é de R\$ 6.019 (dezembro 2021 – R\$ 6.479).

Casos cíveis

O Banco consta, junto com outras quatro instituições, do polo passivo de ação de indenização distribuída por um Fundo de Investimento em outubro de 2015 em face de seus gestores, administradores e custodiantes. O valor da causa atualizado é de R\$ 29.471.

O Banco consta do polo passivo de uma ação cível indenizatória movida por suposto descumprimento de deveres decorrentes de contrato de distribuição de quotas de um Fundo de Investimentos. Processo iniciado em outubro de 2014, após decisão de segundo grau, o Banco realizou pagamento no valor de R\$ 2.794. Aguarda-se desenvolvimento do processo já em fase de recursos aos tribunais superiores, mas não são esperadas novas condenações ao Banco.

O Banco consta do polo passivo de ação cível indenizatória referente à atuação do gestor de um fundo de investimento para o qual o Banco prestou serviços de custódia e o valor máximo estimado para este caso é de R\$ 450.613.

Casos trabalhistas

Não há casos trabalhistas classificados com probabilidade de perda "possível".

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Transações com empresas ligadas

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão mantém negócios em condições usuais de mercado com as sociedades controladas no país e coligadas no exterior. Os saldos patrimoniais e os resultados gerados destas transações são apresentados como segue:

	Jul-Dez / 2022	Exercício / 2022	Exercício / 2021
	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Disponibilidades (DEME) (nota 6)	163.693	104.476	104.476
DB AG (Frankfurt)	-	12.538	-
DB AG (Tokyo)	-	23.327	-
DB AG (New York)	-	96.248	-
DB AG (London)	-	31.563	-
DB AG (Hong Kong)	-	17	-
Aplicações em ME (I) (nota 7)	135.344	(818)	920.719
Deutsche Bank AG London	-	24.000	-
DB AG (Frankfurt)	-	111.344	-
DB AG (New York)	-	-	-

	Jul-Dez / 2022	Exercício / 2022	Exercício / 2021
	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)

Serviços prestados para empresas no exterior

(nota 12(c)) (II)	37.419	81.245	65.325
DB AG (London)	20.773	34.609	31.353
DB AG (New York)	2.295	17.633	5.042
DB Trust Co Americas	2.754	12.122	5.176
DWS Investment GmbH	-	-	-
DIMA, Inc.	-	-	-
DB AG (Cayman Isl.)	11.342	13.267	21.829
DeAM (Japan) Limited	-	-	-
DWS Internat. GmbH	-	-	-
DB AG Domestic Bank	(172)	1.072	555
DB AG Hong Kong Br.	371	1.828	693
Sal. Oppenheim Jr. & Cie. AG & Co. Kommanditgesellschaft auf Aktien	-	-	-
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	-	151	-
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	-	9	-
DB Jacksonville	-	-	10
DB AG Paris Branch	-	152	106
Deutsche Bank (Suisse) SA	-	-	-
OOO "Deutsche Bank"	-	-	-
DB AG Mumbai Branch	-	90	102
DB AG Amsterdam Br.	-	9	11
DB AG Portugal	55	266	245
Deutsche Bank Società per Azioni	-	24	22
Deutsche Securities Inc.	1	-	1
DB AG Singapore Br.	-	13	292

Carteira de Câmbio - Operações de arbitragem (nota 11)

DB AG (London)	-	5.011	-
DB AG (Frankfurt)	102.472	(51.492)	(13.052)
Depósito a prazo (nota 14 (a))	(459.897)	(33.172)	(380.807)
DB II Fundo de Investimento Multimercado no Exterior	-	(454.868)	(4.662)
DB III Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior	-	(5.029)	(28.510)
Depósito à vista (nota 14 (b))	(27.317)	(8.611)	(8.611)
Dt. Bank Secur. Inc.	-	(46)	(3.241)
DB AG (London)	-	(26.854)	(5.319)
Deutsche Morgam Grenfell Co. LTD	-	(51)	(51)
DB AG London Global Markets(Latam Struct Credit)	-	(366)	-

Obrigações por empréstimos e repasses (nota 15)

DB AG (Frankfurt)	(73)	(25.229)	(65)
DB AG (New York)	(12.650)	(3.831.361)	(17.777)
DB AG (London)	-	-	-
Despesas a pagar para empresas no exterior (nota 16 (b) (ii))	(41.683)	(82.998)	(62.753)
DB AG (Frankfurt)	(15.186)	(23.176)	(18.246)
DB AD (London)	(3.266)	(9.160)	(6.998)
DB Jacksonville	(16.262)	(30.492)	(26.764)
DB Zurich	(17)	(18)	(17)
DB AG Hong Kong Br.	85	(177)	(111)
DB AG New York	(2.848)	(8.067)	(3.350)
DB Trust Company Americas NY	(2.914)	(5.230)	(4.596)
DB AG Singapore Br.	(571)	(4.665)	(1.277)
OOO "Deutsche Bank"	(8)	(16)	(8)
DB Service Centre Limited	(22)	(58)	(33)
Deutsche Bank (Suisse) S.A.	4	(26)	(9)
Deutsche AM Distributors, Inc.	-	-	-
DIM Americas Inc	-	-	-
RREEEF America L.L.C.	-	-	-
Deutsche Asset Management Investment GmbH	-	-	-
Deutsche Asset Management (UK) Limited	-	-	-
Deutsche Asset Management International GmbH	-	-	-
DB AG Milan	-	-	(2)
Deutsche Bank Società per Azioni	-	(141)	(160)
DB AG Amsterdam Br.	(493)	(1.411)	(497)
DB AG Paris Branch	(7)	(26)	(11)
DB AG Brussels Br.	(7)	(22)	(15)
Deutsche Group Services Pty Limited	-	-	(44)
Deutsche Asset Management S.G.I.I.C., S.A.	-	-	(6)
DB AG Mumbai Branch	-	(3)	(1)
DB AG Zurich	(17)	(18)	(17)
DB Re S.A.	-	(8)	(7)
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	(149)	(152)	(149)
Deutsche Group Services Pty Limited	(31)	(91)	(51)
DB AG Cayman Islid Br.	-	-	(769)
DKS (Manila)	30	(3)	-
DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	(30)	(33)	(

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária da Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
 São Paulo - SP



Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O saldo de disponibilidades refere-se, substancialmente, ao saldo em conta corrente em bancos no exterior.

b. Receitas de prestação de serviços

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, receitas de prestação de serviços referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Serviços prestados a partes relacionadas	39.997	67.845	70.104
Comissão de colocação, estruturação, coordenação e garantia firme	2.720	15.773	3.420
Rendas de garantias prestadas	5.407	12.390	17.882
Serviços de custódia	3.339	8.113	10.479
Outras	578	1.191	1.806
Total	52.041	105.312	103.691

c. Benefícios a empregados

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, benefícios a empregados referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Proventos	(49.486)	(91.089)	(88.344)
Encargos	(19.213)	(37.189)	(32.675)
Benefícios e treinamentos	(10.291)	(19.803)	(18.146)
Total	(78.990)	(148.081)	(139.165)

d. De acordo com o CPC 33 homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, revogada pela Resolução CMN nº 4.877/20 a partir de 01/01/2021, a partir de 1º de janeiro de 2016 o Banco passou a constituir provisões sobre benefícios pós-emprego, caracterizados como benefícios de término de vínculo empregatício, os quais são reconhecidos como uma despesa quando o Banco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando reconhece os custos de uma reestruturação. Caso os pagamentos sejam liquidados após 12 meses da data do balanço, os mesmos são descontados aos seus valores presentes, sendo esses:

- Seguro saúde: Trata-se da provisão do direito dos funcionários, após a aposentadoria, de serem mantidos como beneficiários do plano de saúde do Banco, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência dos seus contratos de trabalho (Lei nº 9.656/98 artigos 30 e 31). A provisão constituída sobre essa modalidade foi R\$ 49.176 (dezembro 2021 – R\$ 50.556).
- Fundo garantidor por tempo de serviços (FGTS): Trata-se da provisão da multa de 50% do FGTS, sendo 40% assegurada somente aos funcionários demitidos sem justa causa e não aos que tenham o direito do gozo do benefício de aposentadoria. Não há previsão nas políticas internas do DBSA de que funcionários aposentados serão compulsoriamente desligados do quadro funcional da empresa. Dessa maneira, o mesmo deixou de ser considerado nos cálculos atuariais de benefícios pós-emprego e passou a integrar as despesas correntes do Banco, caso houvesse desligamentos no ano de 2020 e a provisão constituída sobre essa modalidade no montante de R\$ 8.277 foi revertida em 2019. Em 2020 o Instituto Brasileiro de Atuários se pronunciou oficialmente recomendando que a multa de FGTS deve ser considerada como parte do benefício pós-emprego devendo contar a base de cálculo atuarial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a provisão constituída nessa modalidade foi de R\$ 9.394 (dezembro 2021 – R\$ 10.284).
- O Banco, em conjunto com seus colaboradores, patrocina o fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado), que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios concedidos pela Previdência Social aos participantes e beneficiários. Os planos de benefícios mantidos pelo Banco são, basicamente, da modalidade de contribuição definida, sendo que também existe uma pequena parcela da modalidade de benefício definido. No exercício findo em 31 de dezembro, data da última reavaliação disponível, sendo esta anual, o plano de benefícios do Banco apresentou superávit de R\$ 736.

e. Outras despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, outras despesas administrativas referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Serviços de empresas no exterior (a)	(41.395)	(57.228)	(28.389)
Serviços técnicos especializados	(7.239)	(18.372)	(16.726)
Processamento de dados	(6.817)	(12.993)	(11.060)
Serviços do sistema financeiro	(7.320)	(12.805)	(11.960)
Comunicação	(4.277)	(7.777)	(7.508)
Manutenção e conservação de bens	(4.438)	(7.670)	(7.021)
Aluguéis	(2.937)	(6.092)	(5.418)
Serviços de terceiros	(2.302)	(5.421)	(5.992)
Depreciação e amortização	(1.866)	(3.686)	(3.710)
Seguros	(697)	(1.457)	(1.806)
Viagens e propagação	(872)	(1.144)	(142)
Publicidade e propaganda	(359)	(498)	(335)
Outras	(2.465)	(4.378)	(3.263)
Total	(82.984)	(139.621)	(103.330)

(a) Serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas.

f. Despesas tributárias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, despesas tributárias referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2022	Dezembro 2021
PIS / COFINS	(11.973)	(24.984)	(17.528)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS	(2.876)	(6.076)	(4.400)
Outros (IOF, IPTU e outros)	(3.411)	(4.979)	(6.193)
Total	(18.260)	(36.039)	(28.121)

g. Outras receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, outras receitas operacionais referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Renda de recebíveis	57.571	104.606	55.764
Atualização de depósitos judiciais	10.801	19.635	8.366
Variação cambial sobre valores a receber	-	-	2.890
Atualização taxa SELIC - tributos	650	1.212	473
Dividendos sobre investimentos - ações e quotas	169	339	318
Remuneração variável	-	-	4.015
Outras	4.388	7.434	149
Total	73.579	133.226	69.975

h. Outras despesas operacionais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, outras despesas operacionais referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Variação monetária sobre processos judiciais	(2.040)	(3.473)	(2.014)
Variação cambial sobre valores a receber	(11.148)	(17.533)	-
Despesas com processos judiciais/reversões	(2.134)	(2.166)	(2.485)
Serviços prestados por empresas no exterior (a)	(174)	(5.356)	(5.622)
Outras	(1.820)	(2.824)	(1.121)
Total	(17.316)	(31.352)	(11.242)

(a) Serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas.

i. Resultado de operações de câmbio:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, resultado de operações de câmbio referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Receitas (despesas) com variação cambial	119.709	67.662	(76.531)
Receitas com exportação, importação e financeiro	10.425	16.118	8.527
Outras	40	(393)	(4.816)
Total	130.174	83.387	(72.820)

j. Acordo de compensação e liquidação de obrigações - Resolução nº 3.263/05

O Banco possui operações com acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN, firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes com as quais possui essa modalidade de acordo. Seguem os montantes cobertos por essa modalidade:

	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Ativo – Exposição	944.544	409.221
Passivo – Garantidor	(229.928)	(296.723)
Resultado líquido	714.616	112.498

k. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco registrou resultado não recorrente relacionado a ganhos decorrentes do recebimento de ações em razão da reorganização societária (desmutualização e posterior aumento de capital) da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) no valor de R\$ 7.428 (dezembro 2021 – zero). Não houve resultado não recorrente nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BCEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank Brasil, doravante denominados nesta nota como Banco, apresenta estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, Mercado, Risco de taxa de juros na Carteira Bancária (IRRB - Interest rate risk in the banking book), Liquidez, Operacional, Reputacional e Risco social, ambiental e climática. Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores práticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Alta Administração, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do Banco, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017 o Banco segue uma abordagem integrada de gestão de risco que garante consistência no padrão de gestão de risco, permitindo a adaptação a requisitos específicos de cada tipo de risco.

a. Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adotada pelo Banco prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e controle de risco operacional. O Banco possui uma base histórica de eventos operacionais, bem como manuais de procedimentos, processos de auto avaliação de riscos e testes de estresse, que proporcionam o controle dos eventos e a adequada alocação de capital.

b. Risco de mercado e Risco de taxa de juros na Carteira Bancária

A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura de Riscos de Mercado e IRRBB seguem as diretrizes instituídas para controle de riscos globais do Banco, assim como a regulamentação em vigor.

Gerenciamento de Risco de Mercado

O Risco de Mercado é o risco de perdas em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco.

A área de Gerenciamento de Risco de Mercado atua de forma independente das áreas de Negócios no monitoramento contínuo dos níveis de risco de mercado, através de relatórios que são gerados com diversas métricas de gerenciamento, como as sensibilidades, os valores notacionais das operações e testes de estresse da carteira.

As principais ferramentas utilizadas pelo Banco para quantificar e gerir o risco de mercado e taxas de juros na carteira bancária são:

- **Value-at-Risk (VaR):** é uma métrica que resume a exposição de um ativo e/ou carteira ao risco de mercado durante condições normais de mercado. O VaR é expresso como um valor absoluto de perda que não é esperado que seja ultrapassado por um determinado nível de confiança em um horizonte específico de tempo. O VaR é geralmente expresso como um valor monetário, que possibilita comparações diretas de possíveis classes de ativos. E 1 (um) dia de holding period (Stress Testing); medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisado periodicamente pela área de RRM.

Análise de sensibilidade

Para fins de apuração dos testes de sensibilidade, as carteiras são segregadas entre negociação (Trading Book) e bancária (Banking Book). A carteira bancária pode ser tanto marcada a mercado como accrual. Para as carteiras marcadas a mercado reportamos a sensibilidade diariamente.

Risco de Taxa de Juros

O monitoramento, controle e gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária do DB Brasil é realizado pela área de RRM, com base em metodologias que são consistentes com as características da carteira bancária e que consideram a maturidade, a liquidez e a sensibilidade ao risco dos instrumentos classificados nessa carteira.

Os principais controles do risco de taxa de juros da carteira bancária são:

- IRRBB – EVE: Monitorar o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária do DB Brasil em diferentes cenários de taxas de juros, fluxos de caixas (pré-pagamento de operações pré-fixadas) e moedas;

- IRRBB – Nil: Monitorar o impacto de alterações na taxa de operações sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano;

- RBAN: O DB Brasil utiliza para cálculo do capital requerido para a RBAN a mesma metodologia do VaR e SvAr (Stressed Value at Risk ou Valor em Risco Estressado) da carteira de negociação para taxa pré-fixada utilizando a média de cálculo o prazo de cento e oitenta (180) dias e com o time decay (decadência de prazo) de sessenta (60) dias. Para cupom cambial e índices de inflação, é utilizada a metodologia maturity ladder (escala de prazos de vencimentos), a mesma utilizada na RWA JUR 2 e 3 da carteira de negociação;

- PV01 da Carteira Bancária: Relatório diário com as sensibilidades do preço da carteira bancária no que diz respeito às mudanças na taxa de juros subjacente.

- Perdas e Ganho embutidos: Monitoramento da assimetria contábil definido como diferença das posições marcadas a mercado e valor accrual na contabilidade dentro da carteira bancária.

Date	Total VaR*
30-Jun-21	2.042.296
30-Dez-21	1.630.055
30-Jun-22	4.258.787
30-Dez-22	4.961.581

*Em reais.

c. Risco de crédito

O Banco possui políticas e estratégias visando minimizar o risco decorrente da exposição ao risco de crédito, abrangendo todos os instrumentos financeiros que possam gerá-lo, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações.

Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito

O Banco gerencia o risco de crédito de uma forma coordenada em todos os níveis da Organização. Os seguintes princípios sustentam o princípio de gerenciamento de risco de crédito:

- Todas as divisões de crédito devem obedecer aos mesmos padrões nos seus respectivos processos de decisão de crédito;
- A aprovação de limite de crédito para clientes e o gerenciamento de exposição ao risco de crédito devem estar de acordo com as políticas e estratégias do Banco;
- O Banco mensura e consolida todas as exposições e cada grupo econômico de forma global.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está definida na Política de Gerenciamento de Risco de Crédito – Deutsche Bank Brasil – em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, aprovada pelo Comitê da Diretoria Executiva. A respectiva Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito está divulgada na intranet e na webpage local do Banco. A mesma se encontra publicada em conjunto com as demonstrações contábeis que contém um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito na webpage do Banco.

As atividades ligadas ao gerenciamento de risco de crédito são realizadas pela área de CRM (Credit Risk Management - Gerenciamento de Risco de Crédito), sendo essa área segregada das demais áreas de Negócios do Banco, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM do Banco é responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do Banco;
- Tomar decisões de crédito relacionadas a transações para clientes brasileiros. As subsidiárias de empresas multinacionais (Multi-National Company – MNC) são cobertas pela equipe de subsidiárias de MNC dentro da divisão global de CRM;
- Submeter nomes para inclusão na lista de observação (Watchlist) e participação nas reuniões de atualização da Watchlist para manter a gerência sênior atualizada sobre os créditos de risco crescente;
- Preparar relatórios de crédito para revisão periódica.
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

O Banco mantém uma quantidade suficiente de profissionais tecnicamente qualificados em suas áreas de concessão de crédito e monitoramento da carteira de crédito e não adota qualquer tipo de estrutura remuneratória que incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo Banco.

Limites de Crédito

Os limites de crédito estabelecem o valor máximo de risco de crédito que o Banco está disposto a assumir junto a uma contraparte/Grupo econômico, por rating, prazo, produto, garantias e retornos.

Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM através da execução das autoridades de crédito atribuídas.

A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar, renovar ou alterar limites vigentes. A autoridade de crédito é individual e atribuída de acordo com o nível de qualificação e experiência do profissional. São necessários 2 aprovadores para cada decisão de crédito, tendo pelo menos um deles a alçada mínima correspondente.

Os limites operacionais referentes a alçadas de aprovação do risco de crédito são revisados e submetidos para aprovação do Comitê da Diretoria Executiva com periodicidade mínima anual.

Classificação do Risco de Crédito e Provisionamento

Uma das ferramentas utilizadas na avaliação do risco e estabelecimento de limite de crédito é o rating interno atribuído às contrapartes. O Grupo DB conta com área global especializada em atribuição de rating, responsável pelo desenvolvimento, validação e a manutenção dos modelos adotados (GCAF: Global Credit Analytics Function).

Os sistemas de classificação e gerenciamento de risco do Banco são periodicamente revisados, tanto pelo BCEN quanto pela área de Auditoria Interna.

O sistema de rating do Grupo DB, possui vinte e uma (21) escalas que vão de IAAA a ID, sendo que o primeiro rating reflete a melhor qualidade de crédito e o último, a pior – consequentemente, a cada nível de rating corresponde um percentual de provisionamento.

Sobre a carteira de operações de crédito e de outros créditos com característica de concessão de crédito, são aplicados critérios de provisionamento. Para fins de constituição de provisão, a qual visa refletir o nível de risco adequado em cada operação, são considerados todos os aspectos determinantes de risco de crédito, entre os quais destacamos a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação, a eventual existência de valores em atraso e as garantias existentes.

Os aspectos acima mencionados são considerados na definição dos ratings internos dos clientes os quais são mapeados para a tabela de ratings do BCEN, conforme estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999. Para fins de provisionamento, leva-se em consideração a comparação do provisionamento apurado pela metodologia estabelecida segundo essa resolução e a perda esperada (expected loss) apurada de acordo com a Resolução CMN nº 4557/2017. O provisionamento final deve ser o maior.

Risco de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual o Banco está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O Banco mantém controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes do Banco.

Mitigadores do Risco de Crédito

Várias técnicas de mitigação de crédito são proativamente empregadas a fim de reduzir o risco de crédito do portfólio. Os mitigantes de risco são de forma geral divididos em três categorias:

- Transferência de risco a uma terceira parte;
- Garantias ou colaterais;
- Netting ou compensação.

A transferência de risco a terceiros é uma parte relevante do processo de gerenciamento de risco e é executado de várias formas, sejam venda do risco, hedge simples ou de um portfólio ou através de seguro de crédito.

As garantias são sujeitas a frequentes avaliações e revisões, dependendo de suas características específicas e ambiente jurídico.

Embora essas técnicas possam garantir ou possam ser uma fonte alternativa de repagamento, elas não substituem os elevados padrões de concessão de crédito que tem na contraparte a fonte primária de repagamento.

Monitoramento do Risco de Crédito

O monitoramento das exposições do portfólio sujeitas ao risco de crédito é feito continuamente pela área de CRM. As diretrizes de apetite ao crédito são igualmente monitoradas e revisadas de forma regular, de forma a estarem em linha com diferentes estágios de ciclo de crédito, bem como adequadas ao ambiente macroeconômico vigente e às necessidades do negócio.

Nesse contexto, o Banco mantém processos capazes de identificar e agregar, de forma contínua, as exposições sujeitas ao risco de concentração, através de relatórios periódicos que são apresentados e debatidos nas reuniões mensais do CROC (Comitê de Supervisão de Risco e Capital - Capital and Risk Oversight Committee).

A área de CRM elabora relatórios de crédito que são apresentados mensalmente ao CROC e posteriormente encaminhados para conhecimento da Diretoria Executiva (BoD – Board of Directors). Estes relatórios, em linha com as políticas internas e exigências regulatórias, visam prover visão geral sobre o desempenho do portfólio de crédito e incluem as seguintes informações:

- Exposição geral;
- Abertura por classificação de risco;
- Exposições sujeitas ao risco de concentração;
- Maiores devedores;
- Posição dos provisionamentos;
- Aprovações relevantes e recentes revisões de classificação de risco;
- Avaliação e a expectativa de desempenho das exposições ao risco de crédito, abordando sua classificação e as respectivas provisões;
- Exposições significativas caracterizadas como ativos problemáticos, incluindo características, histórico e perspectivas de recuperação;
- Informações sobre execução de mitigadores e exposições em reestruturação; e
- Demais informações que viem a ser relevantes.

As revisões de crédito de clientes cujas operações excedem 5% do PL Ajustado do Banco, são feitas em base semestral. Para tanto, todo mês a área de CRM faz um controle dos nomes elegíveis e elabora um relatório para cumprimento à Resolução CMN nº 2.682/1999.

Ao menor sinal de deterioração da qualidade de um crédito as ações de monitoramento são intensificadas e os créditos problemáticos são incluídos em uma lista de monitoramento (Watch List) e passam a ser acompanhados trimestralmente.

CRM também monitora as utilizações em aberto nos limites de crédito, através de relatórios de excedentes distribuídos para todos os analistas de crédito em base diária. Todos os excedentes dos limites de crédito são investigados e apenas encerrados mediante solução definitiva. Os excedentes de crédito que tenham sido deliberadamente causados pela área de negócios precisam ser imediatamente informados à Diretoria Executiva do Banco.

Sistemas de Crédito

Para garantir a visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do Banco, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gerenciamento de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios e de Infraestrutura.

Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes (incluindo conjuntos de redes), conforme estipulado nos acordos legais entre o Banco e o cliente;
- Classificações de rating por contraparte e probabilidade de perda para cada transação/ limite para suportar o cálculo do capital econômico do Banco;
- Recursos de verificação pré-negociação para as áreas de Negócios;
- Informações precisas sobre os termos dos limites de crédito, conforme definidos nas respectivas aprovações de crédito;
- Informação sobre o volume de utilização dos limites de crédito;
- Descrição do setor de atividade, país de localização e demais dados estáticos de forma a permitir adequada gestão do portfólio e periódicas revisões setoriais.



Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária da Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
 São Paulo - SP

Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910/21, encontra-se instalado o Comitê de Auditoria do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"). As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna e dos demais comitês corporativos assim como nas suas próprias análises.

Atividades do Comitê

Compete ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna, pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos. Nesse contexto, o Comitê reuniu-se, no mínimo, trimestralmente durante o exercício de 2022 e realizou a reunião de encerramento no dia 27 de março de 2023.

Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

O Comitê considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais, estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos de auditoria interna e nos relatórios produzidos pela auditoria externa, bem como devidamente suportado pelas informações e relatórios dos comitês corporativos do Banco, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Banco.

Auditoria Externa

O Comitê discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022. Os principais pontos discutidos relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios

de controles internos, assim como da apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras.

Auditoria Interna

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisa o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações.

Demonstrações Financeiras

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Controles Internos e Auditorias Interna e Externa, para análise das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 2022. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à preparação e apresentação de tais demonstrações, incluindo a análise das principais práticas contábeis e o atendimento pelo Banco dos regulamentos e da legislação aplicável. O Comitê constatou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Conclusão

Com base nas considerações acima, e em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, o Comitê entende que as demonstrações contábeis apresentadas para o encerramento do exercício de 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes e recomenda sua aprovação à Diretoria Executiva.

São Paulo, 27 de março de 2023.

O Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
 São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de acordo com o determinado pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 2.523.956 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 3.144 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela diretoria em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações ocorridas; e (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros. Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que substantia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Recuperabilidade dos créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, para as quais as diferenças temporárias são decorrentes principalmente de despesas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e benefícios pós-emprego.

Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia ("ITGCs") implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliarem na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários. Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2023.



ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S/S Ltda.
 CRC-SP-034519/O

Márlia Nascimento Soares
 Contadora CRC-SP301194/O

www.db.com/brasil

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
 04067191000160 Pub: 30/03/2023
 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/30/deutsche1568617630032023.pdf>
 Hash:1680127681185e84faea7843b6a4057981db7310e8